

AS TRANSFORMAÇÕES NO FIM DO MUNDO RURAL ROMANO NO SUDOESTE PENINSULAR: EVIDÊNCIAS E PROBLEMAS ARQUEOLÓGICOS (SÉCS. V-VII)

THE TRANSFORMATIONS IN THE END OF THE ROMAN RURAL WORLD IN THE SOUTHWEST OF IBERIAN PENINSULA: ARCHAEOLOGIC EVIDENCES AND PROBLEMS (5TH-7TH C.)

JOÃO PEDRO BERNARDES

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

✉: jbernar@ualg.pt

Fecha de recepción: 06 / 05 / 2009 / Fecha de aceptación: 21 / 05 / 2009

ANÁLES
DE ARQUEOLOGÍA
CORDOBESA
NÚMERO 20 (2009)

RESUMEN

El tema de la Antigüedad Tardía es hoy, de nuevo, objeto de un interés renovado y está en el centro de un acentuado debate científico. El aumento de la investigación arqueológica por toda Europa ha permitido diseñar un cuadro mucho más completo del periodo que caracteriza el fin del Mundo Romano, matizado por múltiples tendencias, por voces contradictorias, en las que la multivariedad de las realidades regionales o micro-regionales es evidente. En el caso del Suroeste Peninsular, correspondiente al sur de la provincia de Lusitania, una densa ocupación del espacio rural está bien marcada más allá del siglo V, verificándose un panorama donde se conjugan fuerzas muy dinámicas, de fuertes influencias mediterráneas con tendencias regresivas en el plano de la cultura material y en relación al periodo anterior.

Palabras clave: Antigüedad tardía, Suroeste Peninsular, transformaciones rurales.

ABSTRACT

The subject of the Late Antiquity is, nowadays, objects of a renewed interest and is in the center of an interesting scientific discussion. The increase of the archaeological research for all Europe has allowed to draw a much more complete picture of the period that characterizes the end of the Roman World, characterized for multiple trends, sometimes contradictories, where a multivariate of the regional or micron-regional realities is evident. In the case of the Southwest of the Iberian Peninsula, corresponding to the south of the province of the Lusitania, a dense occupation of the countryside beyond the V century is a reality, with a panorama where dynamic forces of strong Mediterranean influences are conjugated with regressive trends in the plan of the material culture in relation to the previous period.

Key words: Late antiquity, Iberian Peninsula, rural transformations.

PERSPECTIVAS SOBRE A ANTIGUIDADE TARDIA

O estudo do período situado entre o fim do Império Romano no Ocidente e o início do domínio islâmico constitui um dos temas mais apaixonantes da arqueologia peninsular e que, nos últimos anos, tem suscitado o interesse de múltiplos investigadores. As fontes, literárias ou arqueológicas, para além de escassas, são, quase sempre, de difícil interpretação, contribuindo, geralmente, com sinais contraditórios para o esclarecimento da complexidade deste período de grandes dinâmicas e tensões culturais e, por isso mesmo, tão estimulante. O incremento das investigações arqueológicas e dos investigadores dedicados a este tema têm permitido na última década avanços muito significativos com base, fundamentalmente, nos estudos cerâmicos e de estruturas arquitectónicas, nem sempre de fácil leitura.

O que desde já decorre do aprofundar dos estudos é que deve ser abandonado o preconceito, herdado da história romântica, de que a queda do Império romano constituiu uma catástrofe civilizacional para o mundo ocidental. No caso da Hispânia, esta visão decorre em grande parte da visão catastrófica, por vezes mesmo apocalíptica, dada pelas fontes do século V, nomeadamente Hidácio e Orósio, iniciada com a penetração dos povos germânicos em 410. Após as obras marcantes de Henri-Irenée Marrou e, mais recentemente, de Peter Brown, os investigadores têm defendido que a Antiguidade Tardia, ao contrário, é um período de estimulantes contactos e de experiências novas que emergem da convivência entre múltiplas tendências e tensões latino-romanas, orientais, germâni-

cas e regionais que vão sendo combinadas e sedimentadas pela cultura romano-cristã. O ocidente mediterrânico é um dos palcos privilegiados para observar, entre os séculos V e VII, este ambiente de *melting pot*, quer porque constitui uma das periferias do Império romano onde o substrato pré-romano nunca se eclipsou totalmente, quer porque escapa mais à força centralizadora do poder aristocrático e episcopal de Roma dos finais do Império, quer ainda pela diversidade das populações germânicas recém-chegadas. A reabilitação do período da Antiguidade Tardia por H. I. Marrou, realçando sobretudo as valências artísticas e literárias deste período, e por P. Brown que, baseado em eventos históricos, recusa os conceitos de declínio e crise, sublinhando as transformações ocorridas e, a partir delas, concluindo que a Antiguidade Tardia corresponde a um período de vibrantes experiências de criatividade e de inovação, têm hoje apoio em muitos dados arqueológicos. Desvalorizando, ao contrário de E. Gibbon, a queda do Império romano e, conseqüentemente, as “invasões germânicas” e o barbarismo, os partidários deste “modelo transformacionista” e de continuidade acentuam a importância do cristianismo como foco dinamizador de uma nova mentalidade que continuando os tempos anteriores os vão transformando. O período da Antiguidade Tardia é, assim, em grande parte, definido pela espiritualidade, uma vez que é uma das suas principais forças motrizes (JAMES, 2008, 26-27).

Mas se o progresso da investigação arqueológica e a multiplicação das escavações nas últimas décadas permitiram trazer um enorme acervo de dados novos que têm sustentado a ideia de um período de continuidade e de francas e profundas transfor-

mações contra a de queda e decadência (CHAVARRIA, 2006, 17), acaba em muitos casos por matizar as ideias mais progressistas que têm vindo a ser defendidas para este período. Com efeito, nos últimos anos, começa a surgir uma tendência na investigação, em parte suscitada pelas realidades arqueológicas emergentes de escavações em áreas urbanas e, sobretudo, no mundo rural, que reage à recusa cabal da ideia de declínio. Bryan Ward-Perkins (2005), por exemplo, baseia-se em dados arqueológicos, para demonstrar um claro declínio no modo de vida do Ocidente nos anos que se seguem às chamadas “invasões bárbaras”.

Reacendendo um debate já antigo, o conceito de declínio, para muitos autores, continua hoje a ser útil e a recusa da sua utilização não deve, também ela, transformar-se num preconceito. Até porque, como John Liebeschuetz afirmava, o declínio é condição para o progresso e sem este conceito é difícil entender os conceitos de mudança e mesmo de crescimento.: “without decline there can be no change and no growth, and if we do not try to understand decline, we cannot possibly understand growth either [...] But the recognition that society or anything else has changed requires an awareness of the decline of its previous way of functioning”(LIEBESCHUETZ, 2001, 237). O debate em torno do velho conceito de declínio e queda combatido ao longo do século XX e já há várias décadas banido dos estudos em torno da Antiguidade Tardia parece voltar de novo à ribalta, o que por si só demonstra o quanto de estimulante e contraditório tem este período de transição. Na verdade, torna-se cada vez mais claro que o conjunto dos fenómenos deste período terão diferentes leituras consoante as regiões de análise,

os períodos analisados e as perspectivas, de pendor mais histórico, arqueológico ou artístico do seu enfoque; a aproximação de posições só tende a acontecer quando o tema no seu conjunto é abordado na perspectiva da longa duração. De qualquer forma, como dizia Arnaldo Marcone, “at the beginning of the third millennium the unpleasant truth that the Roman Empire declined and fell again seems worthy of consideration” (MARCONE, 2008, 5).

É no meio deste debate que analisaremos a realidade do mundo rural no extremo do sudoeste peninsular entre os séculos V e VII, a partir, fundamentalmente, da observação de sítios arqueológicos das regiões portuguesas do Algarve e Alentejo (Fig. 1). Entenderemos como Antiguidade Tardia o período que vai do início das “invasões bárbaras” ao início da ocupação islâmica, preferindo o conceito de regressão ao de “declínio” pela carga pejorativa que este encerra.

PROBLEMAS DE INTERPRETAÇÃO

É hoje notória a falta de consenso entre os investigadores sobre a verdadeira natureza do período que se segue à “invasões bárbaras” e que decorrem de um conjunto de factores que passam pela valorização de determinados fenómenos e elementos sobre outros, da região e período de análise e, em grande parte, de diferentes conceptualizações daqueles fenómenos ou de posturas ideológicas ou filosóficas distintas. Quando se valorizam os aspectos culturais ou artísticos que revelam, com efeito, uma época de grande criatividade e inovação, a visão que daí decorre será bem di-



FIG. 1 - Mapa com os sítios com ocupação da Antiguidade Tardia referidos no texto.

ferente daquela que se baseia sobretudo em dados económicos; e se a análise deste período assenta em dados recolhidos nos grandes centros episcopais a imagem que dele se faz é diferente da que analisa o período a partir de centros periféricos; tal como a Antiguidade tardia vista a partir do Oriente é diferente da que põe o seu enfoque no Ocidente. O problema muitas vezes é querer comparar o que não é comparável, até porque o ritmo das investigações são muito desiguais de região para região e os estudos quase sempre embrionários, pelo menos no que diz respeito aos que decorrem da actividade arqueológica. Assim, aquilo que pode parecer óbvio pode revelar-se a curto prazo apenas uma visão muito parcial e desajustada à medida que a investigação vai avançando. Faltam, pois, trabalhos regionais e especializados antes de se avançarem

com generalizações que satisfaçam a maioria dos investigadores. Apesar de começarem a aparecer estudos que já têm a preocupação de analisar os fenómenos de acordo com uma abordagem regional-temporal (por exemplo, QUIROGA, 2004; CHAVARRIA, 2007) ainda há muito por fazer. Se o período encerra em si fenómenos complexos e muitas vezes contraditórios, de regressão e progresso, de continuidade e ruptura, de imobilismo e inovação, há que conhecer bem todas as formas de expressão desses fenómenos para se definir cabalmente uma época de grande complexidade.

Do ponto de vista arqueológico essa complexidade resulta em grande parte das transformações operadas serem quase imperceptíveis, dado que a mudança de função

de determinados espaços não requer grandes transformações arquitectónicas, mas apenas ajustes pontuais como muros de compartimentação ou repavimentos que na maior parte dos casos são difíceis de datar, “*ya que raramente se cuenta con materiales que permitan situar cronológicamente el momento en que se producen*” (CHAVARRIA, 2001, 62). A ocupação de espaços monumentais ou residenciais de época clássica com várias funções durante a Antiguidade Tardia sem materiais datáveis associados têm levado a muitas incompreensões e a classificar como industriais áreas de determinados contextos romanos imperiais que nunca o foram. E mesmo quando contamos com materiais datáveis, como as cerâmicas tardias, a descontinuidade dos fluxos comerciais característicos desta época pode colocar sérios problemas de interpretação.

É certo que as cerâmicas tardias constituem um argumento muito forte usado pelos arqueólogos para demonstrar o abandono de cidades ou de núcleos rurais; todavia, em muitos casos, sobretudo naqueles em que se verifica uma pervivência em período islâmico, este indicador ceramológico deve ser olhado com cautela, pois o desaparecimento dos contextos arqueológicos das cerâmicas tardias importadas poderá apenas indiciar a falência de determinadas rotas comerciais e não o fim da ocupação humana dos centros importadores ou núcleos populacionais consumidores. Por outro lado, nestes contextos de continuidade de ocupação ininterrupta entre o mundo romano e islâmico os níveis estratigráficos correspondentes aos séculos de transição entre aquelas duas realidades apresentam-se quase sempre profundamente revolvidos e imbricados entre os estratos dos finais do mundo romano e os iniciais do perí-

odo islâmico. A agravar o problema está uma utilização crescente nesta época como material de construção não apenas da madeira mas também do *opus terrenum* ou terra crua (taipa). A utilização dos sedimentos utilizados para a construção desses muros de terra comprimida e seca trazem frequentemente materiais correspondentes a fases anteriores de ocupação, baralhando ainda mais a interpretação crono-estratigráfica. Se isto é particularmente verdade para os contextos urbanos onde ocorre uma maior actividade e a variabilidade artefactual é maior, nos contextos rurais, onde os objectos de prestígio e marcadores de períodos bem definidos são mais raros ou estão ausentes, os séculos VI e sobretudo VII são muitas vezes indetectáveis. A imperceptibilidade desta fase decorre, em grande parte, da diferença de estilo, em relação à época clássica, da actividade construtiva, que passa a ser marcada por uma clara diminuição de utilização de materiais pétreos em reconstruções ou construções de raiz, pela abundante utilização de materiais perecíveis na construção, pela reutilização de estruturas pré-existentes, ou ainda pela continuidade da tradição do instrumental doméstico romano de cariz local ou regional. Do ponto de vista arqueológico, este ambiente de vivência entre ruínas dá a ideia de sítios abandonados e em escombros, levando àquilo a que os autores anglo-saxónicos descrevem muitas vezes como “*squatter occupation*” (LEWIT, 2003, 260). Com efeito, os baptistérios e as basílicas reaproveitando materiais de estruturas pré-existentes constituem quase sempre as únicas construções novas detectáveis arqueologicamente e que, a par das necrópoles, são os únicos indicadores visíveis da continuidade de ocupação destes sítios. E se esta realidade já está bem

documentada nos centros urbanos, só recentemente se tem vindo a constatar-la, também, no meio rural, nomeadamente nas *villae* e aglomerados secundários.

A contaminação dos contextos arqueológicos, a continuidade da produção local artefactual, a constante reutilização de estruturas anteriores e a quase ausência de construções de raiz em materiais pétreos substituídos por (re)construções de estruturas em materiais efémeros constituem, pois, 4 ordens de problemas que concorrem para a difícil detecção dos contextos arqueológicos dos séculos posteriores à dominação romana. A estes poderemos ainda acrescentar a impreparação dos arqueólogos tradicionais de lidarem com estes contextos, pelo que é raro terem sido identificados nas escavações antigas que os confundem com níveis romanos ou posteriores. Não raras vezes as estruturas da Antiguidade Tardia sobrepostas às do período clássico foram desmontadas porque consideradas irrelevantes para a leitura das estruturas arqueológicas. Tal aconteceu com as escavações do Instituto Arqueológico alemão na *villa* de Milreu (Faro) que, de acordo com os relatórios de escavações, procederam ao desmonte de alguns muros assentes sobre as estruturas do século IV. A desvalorização dos séculos posteriores ao último grande surto construtivo do século IV no Sudoeste Peninsular levou a ver nas suas construções não testemunhos de uma nova época mas, antes de mais, indícios perturbadores da magnificência construtiva do período romano; constituíam ruído produzido pelo período decadente que interessava eliminar para se poder observar em pleno as estruturas classicistas.

Episódios como o descrito por Orosio, quando o general Geroncio, no contexto da

sucessão de Teodosio, traz a guerra civil para a Hispania, ordenando arrasar as *villae* que supostamente pertenceriam a pessoas da esfera de influência do Imperador (Orosio, *Historiae Adversus Paganos*, VII, 40, 8), apoiaram a interpretação de ruína, abandono e empobrecimento dos contextos arqueológicos dos séculos V e VI. Todavia, o aprofundar das técnicas de investigação e as múltiplas escavações das duas últimas décadas não permitem hoje aceitar estas ideias quase apocalípticas de destruição das *villae*, pois a ideia geral que a Arqueologia nos dá é de continuidade de ocupação destes espaços rurais, não se registando níveis de destruição violenta, ainda que, quando confrontados com os surtos construtivos do séculos I a IV, os contextos dos séculos V a VII poderão dar uma imagem de declínio e ruína. Contrariando as indicações de Orosio há mesmo testemunhos literários da época, como a formação oriunda dos concílios, que apontam para a preservação dos edifícios antigos, sobretudo públicos, mesmo quando ligados à religião pagã como os templos das cidades ou das *villae* (ARCE, 2006, 116-121). Com efeito, de uma forma global, o período da Antiguidade Tardia respeitou a monumentalidade de muitos edifícios, uma vez que eles constituíam a marca do território e até a identidade dos espaços construídos: “*En el panorama urbano de las ciudades romanas los templos son y significan la protección de la ciudad y de sus ciudadanos y según [...] Libanio son el alma de los campos (“psyche tois agrois”) Lib. Pro Templis, XXX,4, 9). Su existencia misma significa la presencia “física” de los protectores divinos. El destino, la defensa, el vigor y la protección de la ciudad está íntimamente ligado a su existencia*” (ARCE, 2006, 118). A preservação

da monumentalidade de muitos destes edifícios de culto, mesmo quando desprovidos da sua função, continua assim a ter muito da carga simbólica que ditou a sua construção enquanto marca de poder e de apropriação do território (BOWES, 2006, 95). Claro que isto não exclui, como de resto a arqueologia demonstra, o desmonte e a reutilização de materiais de muitos edifícios e estruturas, sobretudo os menos monumentais.

A continuidade da ocupação dos espaços no meio rural que não são *villae* durante a Antiguidade tardia é ainda mais complexa do que o que se passa nas *villae*. Desde logo porque os materiais datáveis são escassos ou inexistentes prevalecendo artefactos que perpetuam tradições de produção local ou regional e portanto difíceis de lhes atribuir uma época específica; por outro lado, uma vez que estes sítios mais modestos reutilizam materiais oriundos de outros sítios do período romano situados nas imediações, ou ainda fazendo recurso a materiais perecíveis, como a terra ou a madeira, torna a identificação deste período mais difícil. Mas se, ainda assim, essa identificação é possível com recurso à escavação, através da prospecção arqueológica as ocupações destes pequenos sítios durante a Antiguidade Tardia são quase indetectáveis pelas mesmas razões. É, pois, frequente que os trabalhos de prospecção de superfície classifiquem como romanos sítios com ocupações mais tardias ou ainda sítios fundados nos séculos V a VII que reutilizam materiais romanos. Veja-se o caso das prospecções luso francesas em torno da *villa* de S. Cucufate que, tendo identificado um conjunto alargado de pequenos sítios rurais atribuídos inicialmente à época romana, sondagens arqueológicas nesses sítios revelaram que, afinal, boa parte deles tinham ocupação

ou eram de fundação posterior (ALARCÃO *et al.*, 1990, 177). A reutilização de materiais romanos, como telhas, trazidos de sítios vizinhos induziu em erro os arqueólogos ao classificarem estes sítios como romanos. Na verdade, o estudo da Antiguidade Tardia no meio rural ainda é muito embrionário e só com o evoluir dos estudos dos artefactos e das estratigrafias de um conjunto alargado de sítios é que poderemos ter uma ideia mais precisa da evolução do sudoeste hispânico durante os séculos V a VII. E nesses estudos terá que haver uma preocupação centrada na reconstrução das paisagens e formas de exploração do território através da arqueozoologia e arqueobotânica, de forma a completar as restantes informações arqueológicas que, por serem escassas, não são necessariamente sinónimo de escassez de população nos campos.

AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

A investigação arqueológica dos últimos anos no Sudoeste Peninsular, quer na parte portuguesa quer na parte espanhola, têm posto em evidência uma continuidade da ocupação do meio rural a partir do século V na maior parte dos sítios rurais, independentemente de se tratarem de *villae*, de aglomerados secundários ou de outros pequenos sítios. Para observar essa continuidade, basta olhar para a realidade em torno da antiga cidade de *Ossonoba* (Faro), onde a intervenção em vários sítios já conhecidos e anteriormente escavados têm permitido constatar que os campos continuam a ser ocupados a partir de finais do domínio romano, sendo essa ocupação marcada fundamentalmente por uma regressão das áreas habitadas, pela ocupação das áreas

residenciais com actividades de carácter produtivo que se tornam áreas polifuncionais e ainda pela disseminação de sepulturas nas antigas áreas habitacionais. Uma característica comum a todos estes contextos, como de resto acontece nas demais regiões hispânicas, é a reutilização nesta época de materiais das antigas estruturas romanas, a utilização de materiais perecíveis, nomeadamente madeira, na construção ou reconstrução edilícia, bem como a utilização, mais ou menos frequente, de *opus signinum* na repavimentação desses espaços que têm tendência para se compartimentarem quando ocupam divisórias já pré-existentes. Verifica-se uma tendência para menosprezar antigas áreas que antes eram as partes mais ostensivas das casas, como o *peristilum* ou as divisórias pavimentadas a mosaico, sacrificando-as para darem lugar às novas funcionalidades. Todo este quadro dá uma imagem de abandono e de decadência das *villae* que não era considerado pelos arqueólogos, até há duas décadas atrás, como uma fase evolutiva, pelo que se apressavam a limpar as áreas escavadas desses elementos marginais e descaracterizadores da arquitectura clássica. As únicas estruturas que, do ponto de vista do registo arqueológico, mereciam atenção eram algumas edificações quase sempre de carácter religioso, como os *baptisteria sacra*, *mausolea* ou *ecclesia*, que se afiguravam como novos espaços bem estruturados e, por vezes, com alguma imponência e que, como tal, não poderiam ser omitidos do registo arqueológico.

Aquelas características dos espaços rurais entre os séculos V e VII são extensivas ainda aos espaços urbanos, onde, aliás, os fenómenos como a regressão dos espaços habitacionais, a polifuncionalidade das antigas áreas monumentais ou residenciais, a

difusão de espaços sepulcrais ou as novas edificações *sacra* sempre foram mais evidentes e, por isso mesmo, as primeiras a serem assinaladas na arqueologia do período paleocristão. Tanto mais que, em vários espaços urbanos que desempenharam funções episcopais, as construções de baptistérios, basílicas ou palácios episcopais assumiram tal relevância arquitectónica que levaram a questionar desde cedo a ideia de decadência dessas urbes. Mérida e Mértola, duas cidades onde a investigação arqueológica progrediu muito nos últimos anos, permitem hoje conhecer relativamente bem as características daqueles espaços religiosos bem como o período da Antiguidade Tardia, que se manifesta no registo arqueológico destas cidades com grande vigor. No caso de Mértola, de onde se conhecem mais de meia centena de lápides cristãs dos séculos V ao VII, verifica-se um grande dinamismo e um enorme surto construtivo que leva Santiago Macias a falar da Antiguidade Tardia como um período de apogeu da cidade (MACIAS, 2005, 195). A partir de meados do século V assiste-se a uma verdadeira renovação urbana de equipamentos militares, religiosos e palatinos suportada financeiramente por uma intensa exploração mineira e sob forte influência africana e oriental. Aliás, as influências mediterrânicas - e não as germânicas - são das características mais marcantes da época, bem vincadas na epigrafia paleocristã da cidade ou nos pavimentos de mosaico encontrados na zona palatina (*idem*: 247, 318), estando aqui claramente demonstrado que as profundas alterações a que a cidade é sujeita a partir de meados do século V não podem ser atribuídas à “barbarização” do território que supostamente se teria dado com as “invasões germânicas”. Aliás, em todo o Sudoeste Pe-

ninsular a presença germânica é muito residual e a arqueologia demonstra-nos que as influências continuam a ser quase exclusivamente mediterrânicas, pelo que fenómenos como os de retracção urbana ou abandono de espaços públicos devem ser vistos com outro enquadramento.

A renovação urbana, associada ao fenómeno de retracção da área residencial e da ocupação do *forum* e das áreas públicas dos centros por edifícios e funções não oficiais, regista-se na própria capital da Lusitânia, sede do *vicarius Hispaniarum* desde a reforma de Diocleciano, bem patente, por exemplo, na famosa “Casa Basílica de Mérida” (MOSTALAC, 2002; ALBA CALZADO, 2004). E, neste caso, para além de demonstrar a vitalidade da actividade construtiva, a ocupação de espaços e edifícios oficiais em áreas nobres da cidade por actividades que antes eram daí afastadas não significa uma perda de importância das funções da cidade enquanto centro de influência e de poder, mas tão só uma mudança de paradigma na gestão do espaço urbano resultante da transformação política e sócio-cultural em curso.

Mesmo nas antigas cidades romanas do Sudoeste Peninsular onde ainda a investigação arqueológica dos seus subsolos é incipiente, casos de *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Luz de Tavira), ou *Pax Ivlia* (Beja), existem já indícios que apontam para que também aqui os fenómenos conhecidos em Mértola ou Mérida se tenham verificado, ainda que se desconheça totalmente o seu alcance. O estudo das cerâmicas revela, antes de mais, que as relações comerciais com o Oriente ou com o Norte de África se mantiveram activas até ao século VII. No caso de Faro, apesar do pouco que ainda se conhece da cidade romana, há claros in-

dícios, epigráficos e arquitectónicos, de que a cidade atravessa, à semelhança de outras cidades hispânicas (ARCE, *et. al.* 2007), um período de grande vitalidade no século IV, observando-se a partir do V uma retracção da área habitacional que se concentra em torno da antiga área monumental. Isso mesmo parece ser comprovado pelo aparecimento de vários elementos arquitectónicos, nomeadamente capitéis, dos séculos V a VII recolhidos ali e que se podem ver no Museu Municipal, ou ainda pelo desaparecimento de cerâmicas importadas a partir do século V em áreas da cidade que não a monumental (VIEGAS, 2008, 222). Também este centro monumental passa a desempenhar múltiplas funções a partir do século V, pelo que se explica que na área do *forum* se tenham registado uma *cetaria* e dois *dolia* sem aparente conexão com outras estruturas, que estão hoje no museu municipal da cidade. A ocupação de antigas áreas habitacionais por sepulturas também se verifica em Faro, e está bem documentada em Beja (LOPES, 2003, 174, 175). Já em *Balsa*, a ocorrência de cerâmicas norte africanas e orientais até ao século VII (VIEGAS, 2007, 75), bem como a presença de epígrafes funerárias paleocristãs no velho burgo romano ou nas suas imediações (ENCARNAÇÃO, 1984, 123-124; MACIEL 2003, 123-124), não deixa dúvidas quanto à continuidade de ocupação desta cidade antiga que, ao contrário das anteriores que terão durante o período islâmico um grande protagonismo, acabará por ser abandonada. Apesar da escassez de dados, podemos suspeitar que Faro em finais do século IV e V mantinha uma certa vitalidade, a julgar pelo protagonismo que o seu episcopado desempenhou, com os bispos de Mérida, na questão priscilianista (JORGE, 2002, 116).

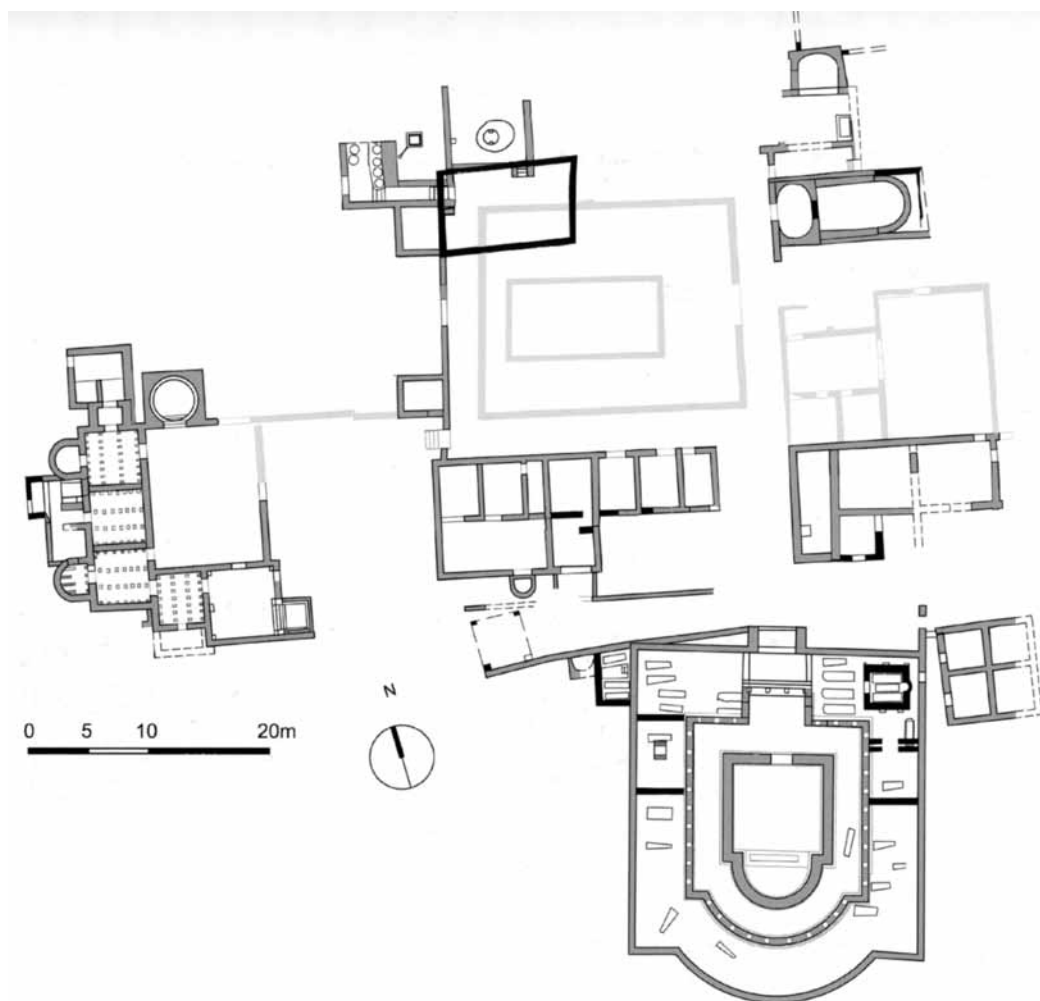


FIG. 2 – Planta da pars urbana da villa de Milreu com as estruturas edificadas na Antiguidade Tardia assinaladas a negro (Segundo Teichner, 2008).

Mas se os dados (ainda) escasseiam para o velho burgo de *Ossonoba* eles são bem mais abundantes para um conjunto de sítios situados no território da sua periferia, como na *villa* de Milreu (Estoi), ou nos sítios litorais do Cerro da Vila (Vilamoura), Loulé Velho (Quarteira) ou Quinta de Marim (Olhão).

OS SÍTIOS RURAIS

Os dados relativos à *pars urbana* e *fructuaria* da *villa* de Milreu conhecidos já são bastante abundantes (Fig. 2). No interior e em torno do *temenos* do monumental templo construído no século IV, assiste-se, a partir

do século V, a um conjunto de enterramentos a indiciar uma cristianização do local (Fig. 2). Estas sepulturas, construídas com materiais reutilizados da *villa* são, por vezes, cobertas com pavimentos de *opus signinum* e com lajes retiradas das estruturas da *villa* imperial. Entre os materiais reutilizados nas sepulturas contam-se, para além de fragmentos de tijolo, soleiras de porta e placas de mármore, restos da cancela de mármore que

rodeava o *podium* do templo (TEICHNER, 1994, 92-93). Fragmentos desta cancela vão ser ainda reutilizados num muro na parte noroeste do peristilo revelando que cerca de 100 anos após ter sido construído, o templo de Milreu já teria perdido parte significativa do seu esplendor, tendo sido todo o espaço sagrado readaptado às novas funções religiosas paleocristãs. Prova disso é o baptistério rectangular (HAUSCHILD, 1981) encontrado

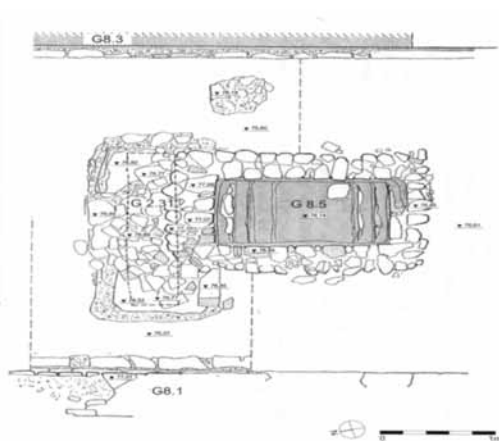


FIG. 3 – *Baptistério construído no temenos do templo da villa de Milreu (Hauschild, 1981; Teichner, 2008).*

sobre uma sepultura anterior, construído no século VI, também no interior do *temenos* (Fig. 3). Junto a este pequeno baptistério, do lado de fora do muro que delimita o espaço sagrado do templo, construiu-se um pequeno mausoléu; outro mausoléu, este no interior do *temenos* a leste do baptistério, de maiores dimensões e com um pequeno absidiolo, poderia, também, ter funcionado como um pequeno oratório (Fig. 4). Apesar de não haver dúvidas quanto à cristianização do espaço do templo a partir do século V, não é claro que o edifício romano tivesse sido adaptado

a igreja cristã, razão pela qual se justificaria a construção do oratório ou pequeno templo cristão. Algumas das sepulturas paleocristãs escavadas na área do templo pagão e datadas do século V assentavam sobre sedimentos que continham *tesselae* pertencentes à cúpula, de acordo com o relatório da campanha de Outubro de 1987. Estas *tesselae*, algumas de vidro e com folha de ouro pertencentes ao interior, ainda incrustadas por vezes em fragmentos de argamassa, indiciam que, pelo menos, o interior do templo já estaria degradado na altura em que se fizeram

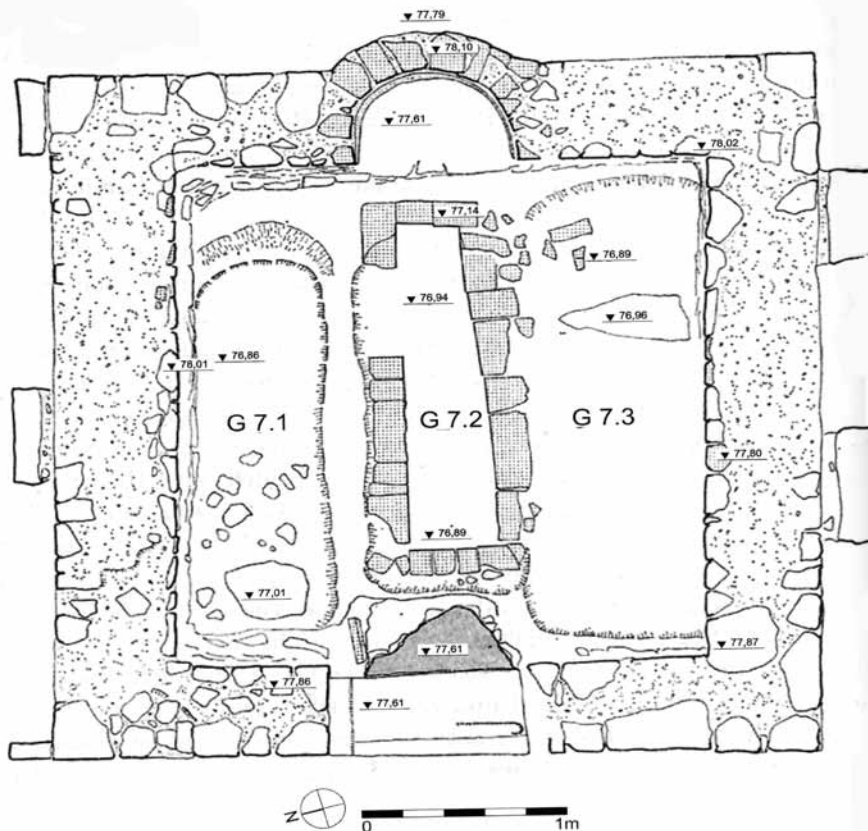


FIG. 4 – Planta de um dos mausoléus (um oratório?) encontrados na área do templo da villa de Milreu (Hauschild, 1981).

os enterramentos paleocristãos no século V. Podemos, pois, supor que o culto já não se fazia ali, apesar do espaço continuar a ser venerado pelos cristãos, de acordo com a tradição. A investigação arqueológica, de resto, tem vindo a demonstrar que a maior parte dos templos romanos na Hispânia não foram convertidos em igrejas cristãs ainda que os edifícios continuassem a existir, mais ou menos preservados, e a dominar a paisagem (ARCE, 2006, 121-124), como acontece, ainda hoje, com o templo de Milreu ou o similar que se encontra em S. Cucufate e cujo espaço terá sido também cristianizado e recebido enterramentos paleocristãos (ALARCÃO *et al.*, 1990, 259-265). O templo de S. Cucufate, como o de Milreu, também não apresenta provas da sua conversão em igreja cristã mas tão só da cristianização do espaço onde se implantou o antigo templo pagão.

As transformações do espaço na Antiguidade Tardia em Milreu estão ainda bem presentes no *peristilum* através de um pavimento de *opus signinum* e da implantação de um compartimento no espaço do antigo *viridarium* ou ainda de um pequeno tanque anexo ao grande tanque central. As divisórias pavimentadas a mosaico que se desenvolvem na parte leste do peristilo foram intensamente ocupadas. Aqui, uma das divisões mais ricas da casa, em ábside e com um pavimento a mosaico assente num hipocausto, é reocupada, edificando-se muros de compartimentação com materiais reutilizados e, aparentemente, colocando no centro da sala um poste de madeira sobre o mosaico para sustentar a cobertura (Fig. 5); outras salas pavimentadas a mosaico a norte do peristilo revelam sinais de terem sido feitas lareiras sobre o mosaico; casos similares ocorrem em muitos outros sítios como em Mérida ou em Écija (ARCE *et*



FIG. 5 – *Marca de poste sobre um dos mosaicos de uma das salas da villa de Milreu.*

al., 2007, 322-323). Já a sul do peristilo e nas termas são edificados alguns muros, compartimentado ou alterando a configuração das antigas estruturas dos séculos III e IV (TEICHNER, 2008, 113; cf. fig. 2). Também no lagar de azeite, que possuía cinco prensas, se regista a continuidade da sua produção até ao século VI, ainda que numa área bem mais pequena com uma única prensa (TEICHNER, 2006, 212). Um pouco por todas estas áreas estão identificadas cerâmicas dos séculos V ao VII, continuando a ocupação da *villa* até à época islâmica para então ser abandonada. Em época medieval cristã implanta-se ali uma casa agrícola que subsiste até ao século XX (TEICHNER, 2008, 102-113).

A realidade arqueológica de Milreu repete-se um pouco por todo o Sudoeste Peninsular, ainda que não seja possível uniformizar num único modelo evolutivo toda a Antiguidade Tardia desta região peninsular. Ainda que muitas *villae* sejam abandonadas no século V, outras permanecem até ao período muçulmano; e se é certo que as terras baixas continuam ocupadas durante a Alta Idade Média, há regiões, sobretudo as mais montanhosas, como a região de Aroche, onde o abandono precoce das *villae* parece ter sido uma realidade, assistindo-se aí a um provável fenómeno de encastelamento com a provável reocupação de antigos sítios de altura pré-romanos (MACIAS, 2005, 128-129). Tal fenómeno está bem documentado no centro e norte da Península, bem como em Itália ou na Gália (BROGILO & CHAVARRIA, 2008, 201).

No território de Beja/*Pax Iulia* a maior parte das *villae* têm ocupação confirmada que não vai além de meados do século V mas, em muitas delas, como nas já bem conhecidas *villae* de Pisões, Monte da Chaminé ou Monte da Cegonha, essa ocupação vai desde o final da época romana republicana até ao período islâmico (LOPES, 2003, 261). Tal como em Milreu, registam-se também nestas últimas *villae* várias adaptações durante a Antiguidade Tardia, estando bem documentada uma basílica e um baptistério no Monte da Cegonha (ALFENIM e LOPES, 1995), ou um oratório com um espaço mortuário anexo no Monte do Mosteiro, em Mértola (MACIEL, 2003, 122). Em S. Cucufate (Vidigueira) vemos igualmente o espaço envolvente do templo romano ser convertido em necrópole paleocristã (ALARCÃO *et al.*, 1990, 259) e em Monte do Meio (Beja) um lagar de época tardia é implantado sobre um pavimento de

mosaico de uma sala da antiga *pars urbana* (LOPES, 2003, n.º 138).

Também a *villa* romana de Torre de Palma, que teve 4 programas principais de obras de inícios do séc. I ao séc. V, sofre de novo intervenções no chamado período visigótico entre os sécs. V e VII (MALONEY & HALE, 1996, 280). Depois de um período intenso de construções, o último dos quais se situa no fim da década de 350-60 com a construção de uma grande basílica cristã, um baptistério, um lagar de azeite e umas termas entre outros edifícios (*idem*: 290), com a chegada dos povos germânicos o surto construtivo cessa, como se os seus proprietários tivessem perdido a motivação económica, ou a capacidade técnica para criar importantes novas estruturas ou melhorar as existentes. Com efeito, a falência dos circuitos económicos que se seguiu à diluição das estruturas político-administrativas arrastou inevitavelmente as unidades produtivas voltadas para o mercado, como era o caso de Torre de Palma e outras *villae* com elevados níveis de produção. Assim, a partir do século V, esta *villa* é, do ponto de vista construtivo, marcada essencialmente por modificações nas estruturas já existentes utilizando materiais pobres e técnicas construtivas deficientes e desorganizadas. O espaço interior do lagar foi subdividido em pequenas divisórias, ao mesmo tempo que as áreas mais nobres das fases anteriores, como o *atrium* ou o peristilo, são ocupadas com actividades produtivas, atestadas arqueologicamente por lareiras e fornos. Em torno ou no interior da basílica do século IV atestam-se cada vez mais sepulturas construídas com materiais reutilizados das antigas edificações da *villa*, testemunhando o seu desmantelamento. Há também

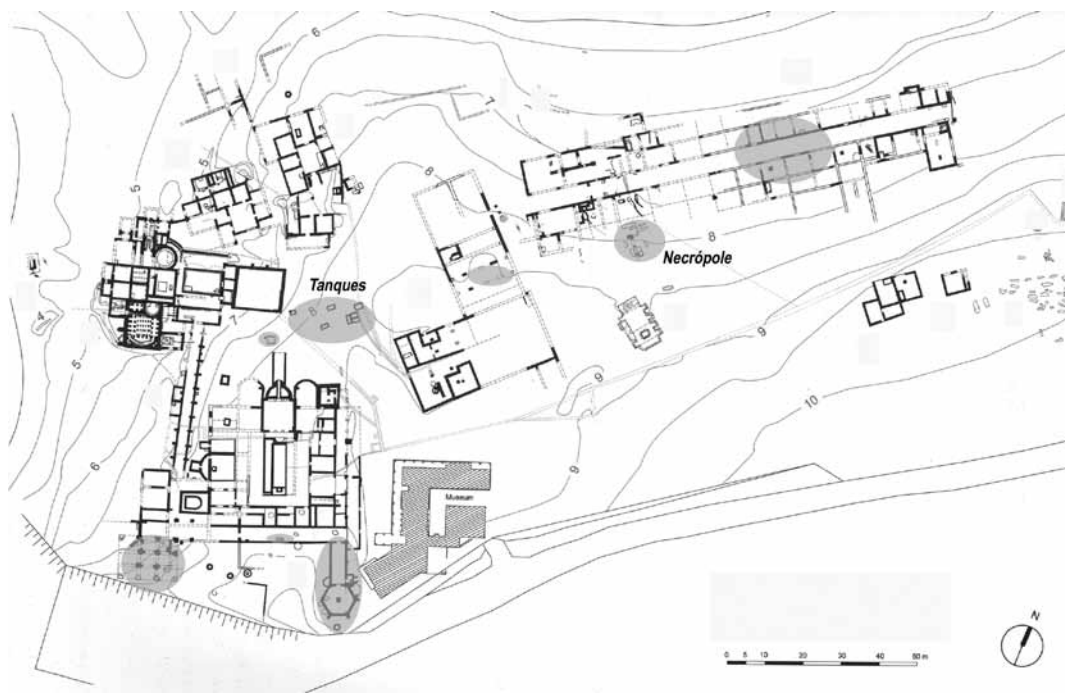


FIG. 6 – Planta do aglomerado de Cerro da Vila (segundo Teichner, 2008). Nas áreas a sombreado detectaram-se contextos dos séculos V-VII.

testemunhos de utilização de madeira em barracas ou nas sepulturas (*idem*: 293).

A utilização de madeira na construção, parece, aliás, ser uma prática corrente não apenas nas *villae* ou cidades mas também nos pequenos sítios ou um pouco por todas as infra-estruturas de apoio ao mundo rural. O desaparecimento das estruturas produtivas levou à utilização desta matéria-prima de fácil obtenção para reparar quase tudo. Veja-se o caso, também no Alentejo, de S. Manços. No actual lugar de S. Manços (Évora) existiu um importante sítio romano ligado na Antiguidade Tardia à *Passio* de S. Manços, mártir de finais do séc. VI ou inícios do VII, referida no Legendário de Madrid (FERNÁNDEZ CATON,

1983). A *villa* antiga, com a cristianização, torna-se local de sepultura e devoção, levando à construção de um conjunto de edificações onde abundavam, segundo as descrições da *passio*, as águas correntes. Alguns canais de abastecimento de água a S. Manços foram descobertos recentemente, notando-se que a original construção romana com cobertura em ladrilhos teria sido posteriormente restaurada em madeira. Quando se quis manter ou recuperar o abastecimento de água a S. Manços, recorreu-se, na Antiguidade Tardia, a materiais diferenciados dos da construção inicial, talvez porque estes já não se fabricassem mais, utilizando a madeira ou a cortiça como cobertura do canal que antes era de ladrilhos (PERPÉTUO *et al.*, 2007, 443).

OS SÍTIOS LITORAIS

A continuidade da ocupação e alteração dos espaços entre os séculos V a VII está ainda bem testemunhada nos sítios do litoral do sul da Lusitânia e ao longo do rio Guadiana que, de certa forma, constitui a continuação do litoral até Mértola. Destes sítios abordaremos apenas alguns inseridos no litoral e margem direita do rio Guadiana que, por terem sido objecto de recentes escavações, se revelam bastante interessantes para conhecer o período da Antiguidade Tardia no Sudoeste Peninsular no quadro das suas relações com o mundo mediterrânico.



FIG. 7 – Estrutura industrial implantada em área de circulação do século IV no aglomerado do Cerro da Vila.

O aglomerado secundário do Cerro da Vila (Vilamoura), pertencente ao antigo território de *Ossonoba*, apresenta múltiplas evidências dessa continuidade de ocupação (Fig. 6). Habitado desde o século I ao século XII, o sítio possui uma grande *domus* com termas incorporadas, outras *domus* mais pequenas, umas termas públicas, um porto e um grande complexo industrial (TEICHNER, 2006). Para além de uma necrópole da época paleocristã, já parcialmente escavada, o sítio apresenta um amplo complexo industrial que se manteve parcialmente funcional até ao século VI (TEICHNER, 2008, 279-287). Os tanques de *opus signinum* que se vêem isolados a nordeste da fachada da *domus* principal, por trás das grandes termas e numa área de circulação, também deverão ser de construção tardia, tal como a estrutura industrial implantada no corredor sul daquela *domus* (Fig. 7). Uma das particularidades arquitectónicas do Cerro da Vila é a existência de dois torreões hexagonais que se encontram a sul daquele corredor (Fig. 8). O torreão oeste, o maior, encontra-se muito destruído e é constituído por quatro pilares no seu interior; o mais pequeno, prolongando a ala da fachada da *domus*, possui apenas um pilar ao centro. Estes pilares, bem como os aliceny das estruturas que não ultrapassam os 60 cm e que não suportariam o peso de panos de paredes em alvenaria, apontam para que estas estruturas fossem construídas parcialmente em madeira, que se apoiaria naqueles pilares (Fig. 9). Também estas duas estruturas defensivas devem ser atribuídas à Antiguidade Tardia, destinando-se a vigiar o porto do aglomerado que se deveria situar no local onde está hoje a marina. Escavações recentes, ainda não publicadas, têm demonstrado que a área portuária situada a oeste

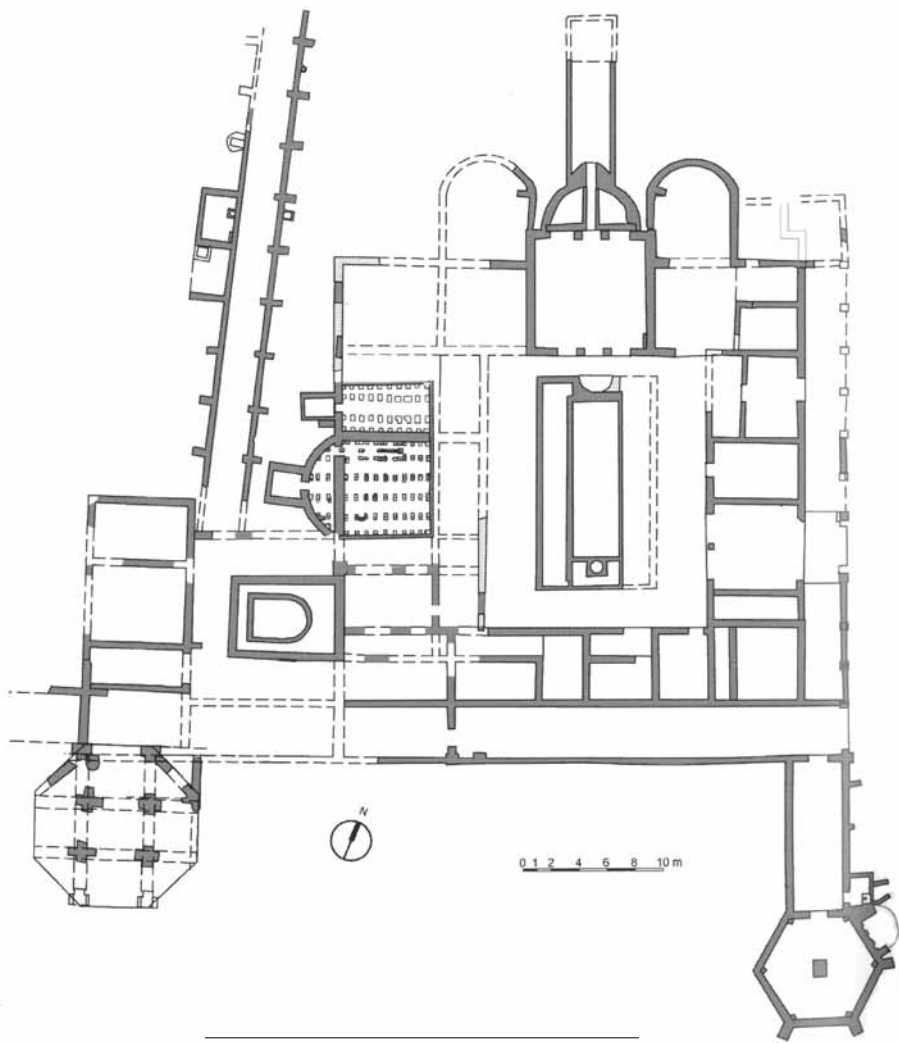


FIG. 8 – Torreões hexagonais do Cerro da Vila.

deste *vicus*, por trás das termas da *domus* principal, é abandonada a partir de finais do século III ou inícios do seguinte, eventualmente devido a problemas de assoreamento. A deslocação do porto para o local da actual marina acompanhando a regressão da laguna justificaria, então, que se construíssem aquelas torres de vigia e de defesa numa altura de

grande instabilidade, após a queda do Império Romano. Infelizmente, pouco se conhece da estratigrafia do Cerro da Vila e menos ainda desta área dos torreões. Talvez que a sua construção, feita parcialmente de madeira, possa ser atribuída há segunda metade do século V ou inícios do seguinte, altura em que Mértola assiste a um grande surto cons-



FIG. 9 - Torreão nascente do Cerro da Vila

trutivo em torno das estruturas defensivas (MACIAS, 2005, 195). Em Faro/Ossonoba e Senhora da Rocha parece haver indícios de construções militares por esta época (GAMITO, 1996, 262-263) e um troço da muralha de Faro da parte da ria, reutilizando silhares de um enorme edifício romano, permite equacionar uma relação com o muro exterior do criptopórtico de Mértola, tal é a semelhança construtiva.

Para além da existência de estruturas defensivas nos sítios litorais durante a Antiguidade Tardia no sudoeste da Hispânia, mesmo na parte mais ocidental como parece estar atestado no sítio da Senhora da Rocha (MACIEL, 2003, 118,119), a construção de

edifícios de carácter religioso é melhor conhecida. Não longe do vicus do Cerro da Vila, Mário Varela Gomes identificou, no âmbito de uma escavação de emergência, algumas estruturas em vias de destruição pelo recuo da linha de costa que interpretou como uma basílica paleocristã e uma sepultura da mesma época. Em 2006, também no âmbito de uma curta intervenção de emergência, tivemos oportunidade de confirmar a existência de tais sepulturas tardias bem como de cerâmica alaranjada e cinzenta estampada derivada da *sigillata* paleocristã (BERNARDES, 2008, 17). A estrutura basilical e as sepulturas encontradas nas imediações foram implantadas sobre uma anterior fábrica de preparados piscícolas de que se conhecem mis de uma

vintena de tanques. Ao contrário do Cerro da Vila, este importante sítio não parece ter tido ocupação islâmica, tendo sido abandonado, tal como Quinta de Marim, provavelmente no século VII.

Quinta de Marim é outro sítio muito interessante para o conhecimento da Antiguidade Tardia no Sudoeste Peninsular (GRAEN, 2008). Trata-se, aparentemente, de um aglomerado secundário, com um templo semelhante ao de Milreu, duas necrópoles, estruturas industriais e uma interessante coleção de epigrafia onde se incluem duas lápides paleocristãs. Para além destes elementos, abundam no local artefactos ligados à Antiguidade Tardia e, recentemente, foi proposto que a grande necrópole paleocristã escavada por Estácio da Veiga no século XIX, possa integrar um edifício basilical (GRAEN, 2007). Independentemente de se aceitar esta localização para o templo de culto paleocristão, a sua existência no local é segura e comprovada pelos vários elementos aí encontrados, como as sepulturas, epígrafes cristãs ou um capitel. É provável que estejamos perante a *Statio Sacra* que a *Cosmographia* do Anónimo de Ravena situa entre *Balsa* e Faro. Infelizmente, conhece-se muito pouco deste interessante sítio ligado ao mundo mercantil, onde as ligações com o Mediterrâneo, nomeadamente com o Norte de África, estão bem presentes na epigrafia local (ENCARNAÇÃO, 1984, 826). Aliás, as ligações do litoral algarvio ao Norte de África, bem como ao Oriente, estão documentadas um pouco por toda a parte e não apenas através das cerâmicas ou de influências na epigrafia. Tal como em Mértola, Torre de Palma ou Monte da Cegonha, as inspirações arquitectónicas africanas e orientais estão presentes nos edifícios paleocristãos de outros sítios como é

o caso da *ecclesia* do sítio de Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), na margem direita do rio Guadiana. Neste sítio foi identificado um templo de influência ravenato-bizantina, de planta cruciforme, com pavimentos de mosaico da época de Justiniano (MACIEL, 1996, 96-98). A expansão do Império bizantino para Ocidente a partir de Justiniano permitiu que as influências ravenato-bizantinas, bem patentes nos mosaicos de Mértola (LOPES, 2003, 98), chegassem até ao Sudoeste Peninsular. Estes dados, conjugados com os de Mértola, sugerem que entre os séculos V e VII uma próspera comunidade de mercadores se mantinha activa no Guadiana, assegurando o contacto deste *finis orbis* com os grandes centros de poder e de cultura do Mediterrâneo. Aliás, ao longo do percurso navegável do Guadiana, que ia até Mértola a partir de onde se atingia Mérida, sede da *diocesis hispaniarum*, são muito frequentes os testemunhos dessa actividade em grande parte animada pela exploração mineira. É provável que alguns dos fortins que vigiam o percurso do Guadiana, como o de Guerreiros do Rio recentemente escavado, sejam desta época. Igualmente, é provável que a *villa* romana do Álamo, vizinha do Montinho das Laranjeiras e também nas margens do rio, tenha ocupação durante a Antiguidade Tardia a avaliar pelas cerâmicas tardias africanas que se podem ver à superfície do terreno. Certo é que o sítio de Vale de Condes, também ribeirinho do Guadiana, beneficiou dessa actividade fluvial que punha Mérida e Mértola em ligação com o Mediterrâneo. Em Vale de Condes foi escavada uma necrópole paleocristã com dezanove sepulturas e recolhida uma pedra de altar e outros fragmentos arquitectónicos daquela época que testemunha, também aqui, a existência de um templo paleo-cristão (INÁCIO,

2009). As sepulturas aqui encontradas, com uma tipologia muito semelhante a algumas presentes nas duas necrópoles de Quinta de Marim, também se situariam nas imediações daquele templo que só escavações no local permitirão conhecer.

OS SÉCULOS V-VII NO SUDOESTE PENINSULAR: CONTINUIDADE, TRANSFORMAÇÃO E REGRESSÃO

Todos os dados acima expostos constituem apenas uma amostra, clara e inequívoca que se poderia multiplicar, de que com o fim do mundo romano o meio rural, tal como as cidades, continuou a ser ocupado. É certo que muitos locais são abandonados ao longo do século V, mas, no caso do Sudoeste Peninsular, parte deles continuaram a ser habitados. No caso do extremo sul da Lusitânia, correspondente à actual região do Algarve, são frequentes os sítios rurais romanos que continuam com ocupação até ao período islâmico. Com o aprofundar da investigação arqueológica no meio rural, começa-se a desenhar um quadro histórico geral de um *continuum* ocupacional dos campos e pode-se mesmo afirmar que uma boa parte dos sítios romanos continuam com ocupação, ainda que, como em todas as épocas, existam sítios que foram abandonados nos séculos V ao VII. Basta vermos a lista com 121 sítios com elementos relacionados com a Antiguidade Tardia do actual Algarve, inserida num recente trabalho, para ficarmos elucidados quanto àquela continuidade (INÁCIO, 2009). Assim, não se confirma, para o Sudoeste Peninsular,

a ideia de Gurt Esparraguera (2001-02, 467) de uma desertificação dos campos devido à concentração das populações nos núcleos urbanos. É certo que aquele autor se refere à região do Levante Peninsular, mas mesmo aí custa aceitar uma desertificação dos campos sem o aprofundar da investigação no espaço rural, nomeadamente através de (re)escavações nas *villae*. A continuidade da ocupação dos campos tem vindo, de resto, a ser reflectida um pouco por toda a Hispânia, apesar de uma ou outra excepção e das evidentes variabilidades regionais ou micro-regionais, de acordo com um modelo multivariado que se tem vindo a verificar por todo o Ocidente (WICKHAM, 2005; BROGILOLO & CHAVARRIA, 2008, 205). As evidências fornecidas pela arqueozologia e arqueobotânica, para além dos dados arqueológicos, têm vindo nos últimos anos a fornecer um valioso contributo à demonstração de que, apesar da relativa pobreza da visibilidade arqueológica, os campos continuam a ser ocupados (LEWITT, 2009, 79). Como vimos, é o caso do Sudoeste Peninsular onde os campos continuaram a ser densamente ocupados, embora de um modo bem diferente do estilo de vida romano, nem sempre fácil de detectar.

Todas as alterações que rompem com as tradições estéticas e o estilo de vida clássico e que foram tradicionalmente vistas como sinais de decadência e abandono dos sítios romanos, são hoje normalmente atribuídas a um novo paradigma de vida decorrente de uma nova concepção de encarar o mundo propagada pelo cristianismo que desvaloriza os bens terrenos em favor da eternidade da vida do além. Todavia, quando nos séculos V e VI observamos estes fenómenos em determinados sítios rurais onde a influência do cristianismo, por vezes, tarda em se impor,

aquela justificação sócio-cultural baseada na progressão da nova corrente religiosa parece não se ajustar. Devemos, pois, atribuir todas estas transformações não a um mas a todo um conjunto de factores, a saber:

- 1) a influência proporcionada pela chegada de povos germânicos com uma tradição construtiva muito baseada nos materiais efémeros, nomeadamente a madeira, e com um estilo que vida que dispensava muitos dos confortos e da estética do mundo clássico.
- 2) a falência dos circuitos económicos, nomeadamente de produção e de circulação de bens e especialistas, que se deu com o colapso do Império romano, impossibilitando, desta forma, a chegada de artesãos ou de materiais que permitissem manter, reconstruir ou construir os edifícios de acordo com os padrões clássicos. Mais do que o desprezo pela estética clássica (que continua a existir em determinados espaços) foi a impossibilidade de manter esses padrões estéticos (frequentemente desajustados à nova realidade sócio-cultural) e ainda a necessidade de utilização de espaços funcionais, que marcarão estes tempos.
- 3) a afirmação de um novo padrão sócio-cultural veiculado pela religião cristã perante o desaparecimento dos cânones político-administrativos que durante o Império romano faziam a regulação do território.

O fim do mundo romano na Ibéria resultou de uma combinação de factores, entre os quais uma mudança socio-cultural mais ou menos invisível com eventos históricos de vária ordem ocorridos entre os séculos IV e VI. Mudando o contexto socio-político, os

habitantes das cidades e do meio rural acabam por formular uma maneira de viver que reflecte novas escolhas, novas prioridades e novas atitudes determinadas em grande parte pelo cristianismo. Na verdade, a cidade e a *villa* enquanto espaços de representação, social, política, cultural, enquanto espaços de exercício do poder emanado de Roma, deixam de fazer sentido. Ainda que se possa admitir que no Sudoeste Peninsular o desvanecimento da monumentalidade dos *fora* das cidades antigas ou dos *ornamenta* das *villae* se deveram ao facto de se terem tornado socialmente irrelevantes, como diria Tamara Lewitt (2003, 267) citando A. Walmsley, a manutenção e reparação de elementos como a cobertura dos canais de S. Manços em madeira em vez de tijolo só se justifica pelo facto de não ter sido possível fazê-la de outra forma. Da mesma maneira que em Milreu é a falta de materiais e, eventualmente, de capacidade técnica, que faz utilizar postes de madeira para segurar o tecto da casa.

De facto, no meio rural proprietários e gente comum viveriam de forma mais austera, não apenas devido à presença de novos valores e formas de vida introduzidas pelas elites bárbaras e pelo cristianismo, mas também porque a desagregação das estruturas económicas ao nível da extracção, transformação e distribuição de produtos, já não permitiriam o acesso aos materiais de outrora.

E apesar de se registarem grandes obras de arquitectura aqui e além, como é o caso de Mértola, frequentemente reflectindo um certo fulgor civilizacional apoiado nos contactos com o Oriente, o quadro de recessão económica e empobrecimento material, que se regista a partir de finais do século IV,

quando comparado com o luxo e com o esplendor civilizacional clássico, é evidente.

A riqueza acumulada, sobretudo pelas elites episcopais, é agora canalizada fundamentalmente para obras arquitectónicas ligadas aos serviços religiosos, como basílicas, baptistérios ou palácios episcopais, substituindo-se este tipo de arquitectura religiosa à ostentação da arquitectura civil de outrora como forma de representação. O que interessa agora é, sobretudo, honrar a divindade e representar o seu incomensurável poder. E se a arqueologia nos dá uma inequívoca imagem de regressão do ponto de vista arquitectónico e da tecnologia construtiva utilizada na maior parte dos espaços habitados, isso não implica que os índices de satisfação social e cultural sejam inferiores, de acordo, aliás, com o testemunho de Sidonio Apolinário (Epístola, IV, 24) ao referir-se às *villae* de Maximus e de Avicatus em meados do século V (CHAVARRIA, 2006, 33).

Desta forma, quando o enfoque é posto nas transformações operadas decorrentes de uma nova mentalidade, de uma nova forma de concepção da vida, poderemos encarar a Antiguidade Tardia como um período de forte dinamismo, existindo em determinados contextos, sobretudo urbanos, claros indícios de riqueza destinados agora não a representar os valores ou ideias da Roma imperial mas a servirem propósitos ligados ao processo de cristianização e a servirem as elites episcopais que cada vez mais substituem as aristocracias romanas. Com efeito, "*The changes to rural residences seem to mirror the changes in rural production, and to reflect the same dissociation from the central influence of the Roman imperial system*" (LEWITT, 2009, 85)

Por outro lado, se colocarmos o enfoque nas transformações arqueológicas é difícil

negar um certo declínio ou uma tendência regressiva entre os séculos V e VII no sudoeste Peninsular bem como em todo o Ocidente desde logo marcada por:

- 1) uma retração das áreas urbanas com um declínio dos centros monumentais das cidades, frequentemente ocupados com funções produtivas;
- 2) à excepção das basílicas e baptistérios, uma clara tendência para a madeira e a terra crua substituírem a pedra e o tijolo como material de construção;
- 3) uma reutilização massiva de materiais pré-existentes, nomeadamente lajes e tijolos;
- 4) a proliferação de espaços sepulcrais no interior de áreas urbanas ou em antigas áreas residenciais e/ou industriais;
- 5) diminuição clara dos fluxos económicos com particular destaque para o comércio a longa distância;
- 6) desagregação das estruturas político-administrativas e dos instrumentos de controle dos territórios;
- 7) aumento da insegurança e da iletarquia.

Estes aspectos, quase todos arqueologicamente verificáveis porque medidos através de testemunhos materiais, são de clara regressão em relação à realidade anterior. É claro que os ritmos e os momentos destes fenómenos são diferentes de região para região, tendo ocorrido mais cedo no levante peninsular do que no ocidente hispânico, conforme já foi demonstrado (CHAVARRIA, 2007). Mas, tratando-se de um período de mudança, de profundas transformações, as crises e recessões de determinados sistemas e paradigmas encerram em si mesmas os germens de algo

novo que tenderá a marcar uma nova época em devir. Com efeito “*History cannot avoid the theme of change in the course of times, and that inevitably involves not only growth but also decline*” (LIEBESCHUETZ, 2001, 234). Claro que os conceitos de crescimento e de declínio são sempre subjectivos e muito relativos pois têm sempre como referência um quadro de vida instituído, em relação ao qual esse declínio ou progresso se verifica. Neste sentido, se partirmos dos aspectos materiais ou civilizacionais do Império romano, sobretudo inscritos nas esferas da economia e tecnologia, a Antiguidade Tardia constitui um recuo; mas um recuo necessário para dar lugar a um novo modo de vida que se vai afirmando paulatinamente na Europa baseado na espiritualidade e num conjunto de novos valores que constituem os pilares de uma nova Era.

Visto desta perspectiva, em que a Antiguidade Tardia é vista como uma nova atitude cultural que está em processo de afirmação, poderemos ver progresso onde se via declínio ou regressão. Com efeito, para um modo de vida progredir e se impor é necessário que o sistema até aí vigente perca protagonismo. Podemos, pois, afirmar que a Antiguidade Tardia, vista do ponto de vista arqueológico ou material é, globalmente, um período de regressão; as excepções a esse declínio material, ligadas quase exclusivamente à arquitectura religiosa, é a outra face da mesma moeda em que, do ponto de vista cultural, há elementos a germinar e a progredir. E o arqueólogo, enquanto historiador, tem que olhar também para esses elementos que indiciam a afirmação de uma nova época que nem sempre se traduz plenamente pela cultura material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, Ed. de Boccard, vol. 1.
- ALBA CALZADO M. (2004) “Evolución y final de los espacios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos (pautas de transformación de la ciudad tardoantigua y altomedieval)”, in T. Nogales Basarrate (ed.) *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania romana*, Mérida (Monografías Emeritenses 8), 207-55.
- ALFENIM, R.; LOPES, M. C. (1995) “A basílica paleocristã do Monte da Cegonha (Vidigueira)”, in *IV Reunió de Arqueologia (Paleo)Cristiana Hispànica*, Barcelona, Ed. Institut d’Estudis Catalans (Monografias de la secció històrico arqueològica;4), 389-399.
- ARCE, J. (2006) “*Fana, templa, delubra destrui praecipimus*: el final de los templos de la Hispania romana”, *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 79, 115-124.
- ARCE, J. CHAVARRIA, A. & RIPOLL, G. (2007) “The Urban Domus in Late Antique Hispania: Examples from Emerita, Barcino and Complutum”, in L. Lavan, L. Ozgenel & A. Saranis (eds.), *Housing in Late Antiquity. From Palaces to Shops* (LAA, 3.2.) Leiden, Boston, 305-336.
- BERNARDES, J. P. (2008) “Intervenção Arqueológica de Emergência no Sítio Romano de Loulé-Velho (Quarteira)” *Al-'ulyà - revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 12, 9-22.
- BOWES K. (2006) “Building Sacred Landscapes: Villas And Cult”, in A. Chavarria, J. Arce & G. P. Brogiolo (eds.) *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, Anejos de *AEspA* XXXIX, 73-95.
- BROGILOLO, G. P. & CHAVARRÍA, A. (2008), “El final de las villas y las transformaciones del terri-

- torio rural en el Occidente (siglos V-VIII)", in C. Fernández Ochoa, V. García-Entero y F. Gil Sendino (eds.), *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. (IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón)*, Gijón, 193-213.
- CHAVARRIA, A. (2006) "Villas en Hispania durante la Antigüedad tardía" in A. Chavarría, J. Arce & G. P. Brogiolo (eds.), *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental, Anejos de AEspA*, XXXIX, 17-35.
- CHAVARRIA A. (2007), *El final de las villas en Hispania (siglos IV-VIII)*, Bibliothèque de l'Antiquité Tardive 7, Brepols, Turnhout.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios Para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- FERNÁNDEZ CATON, J. M. (1983) *San Mancio, culto, leyenda e reliquias. Ensayo de crítica historiográfica*, León.
- GAMITO, T. J. (1996) "As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo" in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairão Oleiro*, Lisboa, 259-268.
- GOMES, M. V. & SERRA, M. P. (1996) "Loulé-Velho (Quarteira, Loulé). Resultado da primeira campanha de escavações arqueológicas, *Al-Ulyā*, – revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 5, 29-49.
- GRAEN, D. (2007) "O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10 (1), 275-288.
- GRAEN, D.; KLEINSCHMIDT, T.; SCHIERL, T. & ZIMMERMANN, K.. (2008) "The site of Quinta de Marim (Olhão): results and perspectives of investigation", *Xelb*, 8 (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves), 223-241.
- GURT ESPARRAGUERA, J. M. (2000-2001) "Transformaciones en el tejido de las ciudades hispanas durante la antigüedad tardía: dinámicas urbanas", *Zephyrus*, 53-54, 443-471.
- HAUSCHILD, T. (1980) "Milreu-Estoi (Algarve). Untersuchungen neben der Taufpiscina und SONDAGEN in der Villa. Kampagnen 1971 und 1979", *Madriider Mitteilungen (MM)*, 21, 189-219.
- INÁCIO, I. (2009) "Vale de Condes, Alcoutim: um sítio tardo antigo da diocese de *Ossonoba*", *Promontoria*, 7, Universidade do Algarve (no prelo).
- JAMES, E. (2008) "The Rise and Function of the Concept "Late Antiquity" *Journal of Late Antiquity*, 1.1 (Spring), 20–30.
- JORGE, A. M. (2002), *L'Épiscopat de Lusitanie Pendant l'Antiquité Tardive (IIIe – VIIe Siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- LEWIT, T. (2003) "'Vanishing villas': what happened to élite rural habitation in the West in the 5th-6th c.?", *Journal of Roman Archaeology (JRA)*, 16, 260-275.
- LEWIT, T. (2009) "Pigs, presses and pastoralism: farming in the fifth to sixth centuries AD", *Early Medieval Europe*, 17 (1), 77-91.
- LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. (2001) "The uses and abuses of the concept of 'decline' in later Roman history, or Was Gibbon politically incorrect?" in Luke Lavan (ed.), *Recent Research in Late-Antique Urbanism*. Portsmouth (Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 42), 233-245.
- LOPES, M. C. (2003) *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Ivlia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 2 vols.
- LOPES, V. (2003) *Mértola na Antigüedad tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, Edição do Campo Arqueológico de Mértola.
- LÓPEZ QUIROGA, J. (2004) *El final de la Antigüedad en la "Gallaecia": la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- MACIAS, Santiago (2005) *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*. Mértola, Edição do Campo Arqueológico de Mértola, 3 Vol.

- MACIEL, M. J. (1996) *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. Colibri.
- MACIEL, M. J. (2003) "O território de Balsa na Antiguidade Tardia", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 105-126.
- MALONEY S. J. & HALE, J. R. (1996) "The Villa of Torre de Palma (Alto Alentejo)," *Journal of Roman Archaeology (JRA)*, 9, 275-294.
- MARCONI, A. (2008) "A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization", *Journal of Late Antiquity* 1.1 (Spring): 4–19 The Johns Hopkins University Press. P. y S (artigo traduzido do italiano "La caduta di Roma all'inizio del III millennio," in Paolo Desideri, Mauro Moggi, Mario Pani, eds., *Antidoron. Studi in onore di Barbara Scardigli Forster* (Pisa: ETS, 2007), 267-280).
- MOSTALAC, A. (2002) "El programa pictórico de la estancia absidada F de la Casa Basílica de Mérida", in Teja e Pérez (ed.) *La Hispania del Siglo IV. Administración, economía, sociedad, cristianización*, 581-604.
- PERPÉTUO, J.; BARBOSA, R. F. & BERNARDES, J. P. (2007) "Aproveitamento hidráulico romano da Horta do Coelho (São Manços, Évora)", *Vipasca - Arqueologia E História*, 2, 2.ª série, 400-411.
- TEICHNER, F. (1995) "Acerca da vila romana de Milreu/Estoi: continuidade da ocupação na época árabe", *Arqueologia Medieval*, 3, 89-100.
- TEICHNER, F. (2006) «De lo romano a lo árabe». La transición del sur de la provincia de Lusitania a al-Gharb al-Andalus: nuevas investigaciones en los yacimientos de Milreu y Cerro da Vila", *Anejos de AEspA*, XXXVIII, 207-220.
- TEICHNER, F. (2008) *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*, *Studia Lusitana*, 3, Merida, 2. vols.
- VIEGAS, C. (2007) « Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal) » in M. Bonifay e J-C. Trégliá (ed.), *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean – Archaeology and Archaeometry*, vol. 1 (BAR, Int. Ser. 1662-1), 71-83.
- VIEGAS, C. (2008), "A Cidade de *Ossonoba*: Importações cerâmicas" in J. P. Bernardes (ed.) *Hispania Romana*, (Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 2004), Faro, 215-231.
- WARD-PERKINS B. (2005), *The Fall of Rome and the End of Civilization*, Oxford: Oxford Univ. Press.
- WICKHAM, C. (2005) *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*, Oxford / New York: Oxford University Press.